

O ‘Novo Ensino Médio’ e a Educação Tecnológica dos Institutos Federais

Luciana Sousa Alves¹
Marinalva de Sousa Conserva¹

¹Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB – Brasil

RESUMO – O ‘Novo Ensino Médio’ e a Educação Tecnológica dos Institutos Federais. Objetivamos, no presente artigo, realizar uma análise acerca das contradições postuladas pelo “Novo Ensino Médio” e a integralidade ofertada pela Educação Tecnológica e sua relação com a categoria trabalho, desvelando a influência no processo formativo dos estudantes inseridos nos Institutos Federais brasileiros. Para isso, partimos da análise diagnóstica e descritiva de produções acadêmico-científicas – artigos e resultados de pesquisas, baseadas no método crítico-dialético, e documentos oficiais -. O estudo infere que as dificuldades em torno do Ensino Médio e da Educação Tecnológica Integrada, podem contribuir para a evasão escolar, o contínuo desmantelamento do ensino e para a ampliação das expressões da “questão social”.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Educação Tecnológica. Trabalho. Neoliberalismo.

ABSTRACT – The ‘New High School’ and the Technical Education of Federal Institutes. This paper analyzes the contradictions arising from the “New High School” and the integrative approach of Technological Education within it, as well as their relation to the world of labor, unveiling their influence on the educational process of young adults enrolled in Brazilian Federal Institutes. To this end, the analysis relies on a diagnostic and descriptive examination of scholarly works — articles and research findings — grounded in the critical-dialectical method and official documents. The study demonstrates that the challenges related to Secondary Education and Integrated Technological Education may contribute to school dropout, the persistent decline of education, and the intensification of the “social question.”

Keywords: New High School. Technological Education. Work. Neoliberalism.

Introdução

O contexto de crise do capital influenciou nos processos e relações sociais cotidianas dos sujeitos em formação, principalmente nos países considerados periféricos, a exemplo do Brasil. Desta maneira, a oferta da Educação Técnica é colocada como uma alternativa para a preparação da força de trabalho.

Essa realidade é perceptível, quando direcionamos a abordagem para a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, em que a crescente flexibilização das relações de trabalho, sob um contexto de reestruturação produtiva, influencia negativamente na inserção de novos sujeitos no âmbito do trabalho.

Os dados a respeito da taxa de ocupação de jovens e adultos no mercado de trabalho, apesar da implementação da Reforma Trabalhista em 2017 que ofertou uma modificação nas relações de trabalho trazendo uma maior flexibilidade contratual, sinalizam que “a condição de desempregado mais que dobrou, passando de 905 mil no quarto trimestre de 2014 para 2 milhões no quarto trimestre de 2018” (Corseuil; Franca; Poloponsky, 2020, p. 507).

Os dados divulgados, também demonstraram que, por conta do período da Pandemia da Covid-19 (2019 a 2022), o “contingente de indivíduos que estavam fora da força de trabalho por conta do desalento chegou a 3,57 milhões, atingindo o melhor resultado desde agosto de 2016” (Brasil, 2023). Todavia, diante da conjuntura em curso, que permeia as relações de trabalho, observa-se uma determinante exigência de mão de obra meramente qualificada, havendo, assim, uma expansão pela promoção da Educação Tecnológica como alternativa para atender aos anseios do mercado de capitais.

A implementação dos Institutos Federais no Governo Lula em 2008, se colocou como uma estratégia duo, em que de um lado há o fortalecimento de uma política de inclusão e, do outro, o atendimento às diretrizes neoliberais (Gattermann; Possa, 2018). Acredita-se que viabilizar a captura de jovens é uma política em que se constitui prevenção e gerenciamento de risco, é uma política de governo populacional (Gattermann; Possa, 2018).

Não se pode negar que, com a implementação dos Institutos Federais, além da promoção da inclusão, como posto anteriormente, houve um favorecimento para o Desenvolvimento Regional, principalmente na Região Nordeste, através do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, esse modificado para atender as bases mercadológicas, configurando-se no atual “Novo Ensino Médio”.

É pertinente compreender que, as transições contraditórias permeadas entre os Governos Dilma e de Michel Temer, aliadas às perspectivas neoliberalizantes acabaram por promover uma deterioração das políticas públicas, a partir da promulgação da Emenda Constitucional N°95/2016. Nesse ínterim, a política de Educação sofreu com a insurgência das espoliações e expropriações de direitos

preestabelecidos em atos normativos, cujo objetivo é o atendimento a necessidade do mercado e ao capital fictício.

A implementação do "Novo Ensino Médio", por sua vez, se configura como uma reforma mascarada como avanço, promovendo uma descaracterização entre todo um debate anteriormente realizado e as deliberações decididas de forma arbitrária por interlocutores dos aparelhos privados de hegemonia. Destarte, questiona-se como se apresenta as configurações em torno do "Novo Ensino Médio"? quais as inflexões para os Institutos Federais de Ensino? E o processo formativo e de ensino e aprendizagem, adequam-se às configurações territoriais ou às questões mercadológicas?

Destarte, o estudo realiza duas abordagens indissociáveis: a primeira, realiza uma análise crítica acerca dos processos históricos da política de Educação nos governos Lula e Dilma, sinalizando as prerrogativas mercadológicas e contraditórias do sistema capitalista; a segunda, enfatiza o impacto do cenário de espoliação da política de educação no Governo Temer, bem como a implementação do "Novo Ensino Médio" integralizado ao Ensino Tecnológico, apontando os determinantes que levaram a sua aplicabilidade no território nacional.

Metodologia do Estudo

O estudo em questão tem por base o Método Crítico-Dialético que se utiliza das categorias de *mediação*, *totalidade* e *contradição*, possibilitando compreender o real do objeto pesquisado, por meio de uma conexão "inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por partes menores" (Paulo Netto, 2009, p. 690), que permanecem em constante mutação, utilizando da relação dialética para compreensão do objeto no contexto social.

No que tange aos procedimentos metodológicos, é utilizada a análise diagnóstica e descritiva de abordagem qualitativa, norteadas pela Pesquisa Bibliográfica e Documental. O levantamento das produções deu-se a partir dos seguintes descritores: "Novo Ensino Médio", "Educação Tecnológica", "Educação", "Neoliberalismo", "Mundo do Trabalho" e, "Instituições Federais", levando em consideração o título, o resumo e as palavras-chave que coadunassem com o objeto pesquisado, entre os anos de 2005 a 2021, diante da necessidade de realizar um aprofundamento e percurso teórico-crítico que possibilitasse a compreensão das transformações ocasionadas no campo da Educação até a institucionalização do "Novo Ensino Médio" e sua relação com a Integralização dos Institutos Federais. Não foram inseridos no texto materiais divergentes ou com alguma especificidade contrária ao objeto de estudo.

Política de Educação e a correlação histórica de implementação dos Institutos Federais brasileiro: breves considerações contraditórias do capital nos Governo Lula e Dilma

Debater sobre as políticas educacionais no Governo Lula direcionadas tanto para o Ensino Médio quanto para o Ensino Tecnológico,

nos oportuniza analisar, brevemente, a perspectiva governamental correlacionada a ampliação das políticas sociais, percebendo a correlação de forças existentes: de um lado, o processo de democratização da educação pública; do outro, o atendimento das exigências do capital, mercantilizando os processos educacionais.

Dessa maneira, partiremos de duas análises, defendidas por Eduardo Fagnani (2011), a primeira, direciona-se para a crítica voltada a manutenção da ortodoxia econômica, sob as perspectivas neoliberais em curso, bem como a continuidade das problemáticas voltadas para as políticas sociais em que a restrição orçamentária permanecia, afetando, de tal maneira, a população brasileira. A segunda, aborda os "ensaios desenvolvimentistas", realizados entre os anos de 2006 a 2010, em que ocorre a expansão econômica brasileira, ampliação da oferta das políticas sociais e modificações no campo do trabalho, sob a perspectiva social-desenvolvimentista.

O governo Lula vem praticando uma política econômica de inclinação inequivocamente liberal, confirmando o que muitos esperavam, alguns com angústia, outros com alívio. Teses e argumentos incansavelmente defendidos ao longo dos oito anos de governo FHC, sempre criticados pelo Partido dos Trabalhadores, são agora afirmados pelo governo do PT com desconcertante naturalidade (Paulani, 2003, p. 564).

Contraditoriamente, o governo Lula implementou um plano societário em consonância com a financeirização mundializada do capital, com ávidos vieses de lucratividade voltados para o campo da exportação, da indústria e da agricultura (Melo, 2007) no primeiro mandato, atingindo a classe trabalhadora em sua forma mais exponencial.

Esse fato torna-se nítido, com a influência da organização de base do Partido dos Trabalhadores (PT) que defendia de forma unânime, a articulação político-governamental diante da expoente taxa básica de juros – SELIC –, em 2003, que “chegou a atingir 26,5% ao ano; o aumento voluntário do superávit primário de 3,75 % para 4,25% do PIB deu mostras suficientes de que o processo de finança mundializada estaria garantido no governo Lula, contando com amplo apoio do governo” (Melo, 2007, p. 189), demonstrando uma certa proximidade com as ideias neoliberais estipuladas pelo Consenso de Washington, intrínsecas no Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) evidenciado no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Todavia, Marcelo Pochmann (2011, p. 16) reafirma que,

o fato do governo Lula não "ter se distanciado do tripé da política macroeconômica introduzido na crise cambial de 1999, por meio de metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e da manutenção de superávits primários nas contas públicas, não implicou a reprodução do pensamento neoliberal difundidos durante o governo Cardoso (1995 – 2002) (Pochmann, 2011, p. 16).

Rafael Oliveira (2015) explica que a ascensão de Lula ao Poder, requisitava uma verdadeira compreensão do dinamismo do capital e do Brasil, levando em consideração a sua caracterização como um pa-

ís dependente e periférico, cuja necessidade de refinanciamento do Estado se colocava como alternativa para modificar os caminhos traçados, até então, pela economia.

A economia nacional apresentava em uma das prerrogativas governamentais, a intensificação dos gastos sociais, em que tinha a propositura de favorecer tanto ao setor privado na produção de bens e serviços, quanto minorar as situações de vulnerabilidade social que atingia exponencialmente uma parcela da população brasileira. Essa relação visa “distribuir para ampliar os horizontes da economia e fazer crescer mais rapidamente a renda para redistribuí-la menos desigualmente, configuram a singular experiência de liderança mundial [...]” (Pochmann, 2011, p. 18-19).

A combinação de fatores variados e diferentes entre si, como a manutenção de uma ortodoxia macroeconômica de feição liberal e a ação dos bancos públicos no financiamento no mercado nacional, denotaria uma articulação positiva entre Estado e mercado para o progresso social, passível de ser indexada como neodesenvolvimentista (Melo, 2015, p. 230).

Dentro desse contexto, o Governo Lula determina uma continuidade nos processos de mercantilização dos direitos sociais, principalmente àqueles em que é visto pelo capital como um meio de apropriação do fundo público, a exemplo das políticas de Educação, com a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e a política de Saúde, em que a categoria suplementar e/ou planos de saúde se colocam como detentores da cobertura privada.

A política de privatização é um elemento do modelo neoliberal que tem aumentado o patrimônio e os lucros do grande capital privado, em detrimento do médio capital e ferindo os interesses da burguesia nacional de Estado” (Boito Jr, 2006, p. 242).

O processo de financeirização da educação se apresenta como um elemento estrutural da gestão empresarial, consubstanciando no cenário de desnacionalização de determinadas empresas educacionais, cujo capital estrangeiro ou a consolidação dos blocos de capitais internos, contribuem para “a formação de conglomerados empresariais” que tem na política de educação o foco da expansão e da lucratividade, como sinalizado por Fábio Luciano Costa (2011, p. 03).

Pode-se perceber a aplicabilidade de uma “hegemonia às avessas”, como defendido por Francisco de Oliveira, Rui Braga e Cibele Rizek (2010, p. 07), diante da expressiva construção *sui generis* político-econômico e sociocultural em torno da dominação social capitalista “marcado pela crise econômica, pela guerra, pelo colapso ambiental e pela carência de exemplos políticos emuladores, inéditos prestígio e admiração internacionais”.

Luana Passos e Dyeggo Guedes (2015) enfatizam que o direcionamento do governo Lula, no primeiro mandato, não se alinhou as necessidades populacionais, porém, o interesse em estabelecer um avanço social era algo requisitado, cotidianamente, pela base do governo e pelos movimentos sociais de esquerda, passando a ser am-

plamente direcionado no segundo mandato. Ressalta-se que, apesar dos avanços em determinadas áreas sociais não obtivemos a solidificação das políticas sociais.

A partir do segundo mandato, alguns resultados passaram a ser perceptíveis, tendo em vista que a economia do país voltou a crescer, devido à intensificação da arrecadação orçamentária e as políticas de distribuição de renda que favoreceu a economia “girar”, principalmente nas regiões de extrema pobreza e calamidade pública. As políticas de inclusão, a exemplo do Programa de Transferência de Renda Bolsa-Família (PBF) e o ProUni, foram elementos essenciais de transformação social do país (Passos; Guedes, 2015).

Tabela 1 – Beneficiários do PBF e PROUNI – entre os anos de 2005-2010

ANO	PBF ¹	PROUNI ²
2005	8.942.172	95.629
2006	11.229.864	109.025
2007	11.294.824	105.574
2008	11.353.445	124.621
2009	12.370.000	161.369
2010	12.780.000	152.733

Fonte: Relatório da ANFIP (2011)¹. Dados Abertos – MEC – PROUNI² (2005-2010). Adaptado pelas autoras (2025).

A Tabela 1, explicita o quadro de beneficiários do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família e PROUNI. Observa-se que, no caso do PBF, entre o primeiro e o segundo mandato do Governo Lula, houve um expressivo aumento no número de pessoas/famílias beneficiárias de aproximadamente 30,02% entre os anos de 2005-2010.

É importante compreender que, o avanço do PBF se configurou como uma estratégia de governo populista que, por sua vez, atendeu duas necessidades emergentes no país: a primeira, minimizar o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no país; o segundo, intensificar a economia, levando em consideração a “injeção” orçamentária no mercado de bens e serviços e, o retorno aos cofres públicos por intermédio da tributação.

Em relação ao PROUNI, observa-se na tabela 01, uma oscilação no quantitativo de bolsas educacionais no Ensino Superior. Para os anos de 2005 e 2006, há uma ampla abertura para o acesso nas Instituições de Ensino Privada de +12,28%, atendendo as exigências nos Organismos Multilaterais e dos Conglomerados Educacionais.

Todavia, entre o 2006 e 2007, o número de bolsas é reduzido em -3,16%. Porém, com o advento da Portaria nº 345, de 14 de março de 2008 (Brasil, 2008a), que possibilita a inserção de novos estudantes no Ensino Superior, a partir da ocupação das bolsas remanescentes; da

Portaria Normativa nº 01, de 31 de março de 2008 (Brasil, 2008b), que institui bolsa complementar no âmbito do PROUNI e; da Portaria MEC nº 478, de 15 de abril de 2008 (Brasil, 2008c), que institui os procedimentos para adesão de Instituições de Ensino Superior ao PROUNI, o número de bolsas ofertadas aumentou significativamente em +15,28% (Tabela 01).

Partindo desses pressupostos, o Governo Lula, revisitou uma das raízes do problema de desenvolvimento social e econômico – a defasagem educacional em que, se configurava em uma dívida circunstancial e histórica, tendo em vista a oferta e a demanda sinalizada para apenas uma classe social – a burguesia. É importante ressaltar que, o Governo Lula priorizou a expansão do Ensino Superior numa espécie de “jogo de interesses”, diante das exigências do sistema financeiro – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (Fagnani, 2011), como veremos posteriormente.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE), entre os anos de 2003 a 2005, há uma priorização das modificações do sistema educacional em curso no país, passando o Ministério da Educação, através da promulgação do Documento “Alinhamento Estratégico – MEC” normatizar as diretrizes e os fundamentos que circundam o Plano Plurianual da Educação (2004 – 2007), como sinalizado por Fagnani (2011).

De acordo com o Plano Plurianual da Educação (2004-2007),

o quadro geral de exclusão educacional no País pode ser ainda medido pelo fato de que em média, as pessoas com 15 anos ou mais têm apenas 6,3 anos de estudos, quando se esperaria que tivessem, no mínimo, 9 anos. Esse resultado é bastante diferenciado em termos regionais. A escolaridade média do jovem nordestino de 15 a 24 anos é de 5,9 anos de estudos, significativamente, inferior a de jovens do Sul e Sudeste que alcançam 8,1 e 8,3 anos, respectivamente, para a mesma faixa etária. A educação se mostra desigual também por raça: negros e pardos correspondem a 67% dos analfabetos. Apenas 3% dos concluintes do ensino médio são negros e a proporção de negros entre as pessoas com doze anos de escolaridade ou mais não passa de 2,8%.

No ensino superior, a situação pode ser considerada menos dramática, apesar da oferta limitada de vagas nas universidades públicas reforçar a exclusão de grande parcela dos candidatos a uma educação gratuita e de qualidade: em 2000, dos cerca de 3,2 milhões concluintes do ensino médio, 1,2 milhões entraram nas universidades, sendo que apenas 274 mil em universidades públicas (Brasil, 2004).

É pertinente ressaltar que, a LDB de 1996, teve o texto normativo alterado pelo Decreto Nº 5.154/2004 em que reafirmou a oferta da Educação profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação como cursos e/ou programas educacionais.

Apesar das primeiras ações tomadas pelo Governo Lula, é importante compreender a dinâmica da política de Educação mediante dois eixos – interno e externo -, tendo em vista que a

análise externa parte de um olhar mais global, abordando aspectos sociais, econômicos, culturais, institucionais, das políticas educacionais, das diretrizes curriculares, da legislação, da gestão dos sistemas de ensino; pode-se dizer que analisa as questões da educação de fora para dentro. A análise interna aborda os objetivos, conteúdos, as metodologias de ensino, as ações organizativas e curriculares, a avaliação das aprendizagens, isto é, refere-se ao funcionamento interno da escola, claro, sem perder de vista os contextos (Libâneo, 2008, p. 169).

José Carlos Libâneo (2008, p. 169) realiza uma intensa crítica ao Governo Lula, diante da ineficiência de algumas políticas educacionais estipuladas no primeiro mandato, levando em consideração que as análises externas passaram a se sobrepor às questões educacionais internas e, com isso, “estão fracassando porque elas não partem da realidade escolar, de políticas voltadas diretamente às escolas, das necessidades dos professores, das condições de aprendizagem dos alunos”.

No segundo mandato do Governo Lula, 2008 a 2010, as medidas foram amplamente intensificadas, o Ensino Médio passou a ser integrado ao Ensino Profissionalizante. Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005) ressaltam que, no que tange a Educação Profissional é preciso compreender a existência de uma correlação de forças entre as bases governamentais progressistas e conservadoras, pois, a disputa pela hegemonia nesse campo de atuação se coloca como uma barreira significativa para a implantação e efetividade no território nacional.

Essa disputa dual, em sua totalidade, classifica-se sob a perspectiva da burguesia, seja industrial, seja de serviços educacionais. As disputas que ocorrem na “burguesia de serviços educacionais proprietária de instituições universitárias e aquela proprietária de instituições menores, como os Centros de Educação Tecnológica (CETs) ou as Faculdades Tecnológicas (FATECs)” (Brandão, 2010, p. 64) atendem as demandas emergentes do capital financeiro.

Assim, o tratamento governamental à Educação profissional aliada ao Ensino Médio tinha por finalidade o intuito de reconstruí-la, além do texto normativo, como política pública e, com isso, passava a corrigir as distorções efetivadas nesse campo pelo Governo de Collor e FHC (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Enquanto o MEC se ocupava especialmente da educação profissional técnica, sem uma política consistente que atentasse para as demandas sociais dos trabalhadores jovens e adultos que realizam cursos supletivos de nível fundamental, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu seu plano de formação sem se preocupar com a recuperação da escolaridade e a organização de itinerários formativos. Setores expressivos da sociedade afirmavam, então, a necessidade de se implementar uma política pública de formação profissional, integrada ao sistema público

de emprego e à educação básica (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 1096).

A urgência dessa reconstrução, dar-se-á pela identificação das distorções realizadas que contribuíram para a dissociação da “educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos [...], dando um cunho [...] superficial à formação profissional e tecnológica de [...] trabalhadores” (Brasil, 2005, p. 2). Para tanto, o MEC direcionou a proposta de mudança curricular em que

Os currículos de educação profissional técnica de nível médio serão organizados observando-se a integração entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, que deverão compor o núcleo comum de conhecimentos gerais e universais, além do núcleo específico de conhecimentos e habilidades que terá por base as transformações das próprias atividades de trabalho e de produção. [...] deverão constituir-se em planos de formação que se estruturam em itinerários formativos correspondentes às diferentes especialidades, articulados a uma sistemática de certificação que favoreça a mobilidade e o desenvolvimento profissional vinculado à educação básica (Brasil, 2005, p. 07).

A partir desse processo, o MEC implementa o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que, por sua vez, estipulou, obrigatoriamente, às Instituições Federais de Ensino Tecnológico, ofertar para o ano de 2005, 10% das vagas; e em 2006, para os estudantes maiores de 18 anos, do Ensino Médio integrado à Educação Profissional que, porventura, tenham cursado apenas o Ensino Fundamental (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Paulo Roberto Germann (2011) explica que, as políticas educacionais em curso no Governo Lula, vai de encontro as necessidades dos Estados e Municípios, bem como às relações de mercado, na preparação da mão de obra precarizada. Apesar das circunstâncias mercadológicas, o processo de descentralização administrativa e as políticas educacionais proporcionam a autonomia territorial, sem infringir a hegemonia governamental federal.

Dentro dessa perspectiva, o Estado tem por obrigatoriedade ofertar educação em todos os níveis, proporcionando condições estruturais e adequadas para a sua efetivação e, com isso, estabelecer “a criação de um sistema nacional de educação articulado de tal modo que garanta autonomia local e unidade nacional” (Germann, 2011, p. 92).

Com isso, em 2007, foi implementado o Programa “Mais Educação” cujo objetivo é a erradicação da pobreza e a supressão das ações marginalizantes da pobreza, visando

contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de

saberes, métodos, processos e conteúdos educativos (Brasil, 2007, p. 2).

A propositura do Programa Mais Educação é o de fortalecer o combate à pobreza, através da configuração de políticas redistributivas, responsabilizando a instituição educacional, além do contexto familiar, pelo cumprimento do papel de proteger e educar todos os sujeitos nela inseridos. Além disso, o referido programa, aborda a política de educação integral, direcionando a “consistente valorização profissional, a ser garantida pelos gestores públicos, de modo a permitir dedicação exclusiva e qualificada à educação” (Brasil, 2009, p. 39).

Diante do exposto, levando em consideração os programas educacionais ofertados no primeiro mandato do Governo Lula, o INEP divulgou que, para o ano de 2007, em todo território nacional, foram ofertadas cerca de 8.372.175 milhões de matrículas para o Ensino Médio; 1.007.237 milhões para a Educação Profissional e; 5.034.606 milhões para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Os dados explicitados anteriormente, demonstram que ocorreu um significativo retorno de jovens e adultos à sala de aula, a partir da constatação da efetivação das matrículas, desconfigurando, assim, a sistematização do analfabetismo no país, possibilitando a população concluir a formação educacional e adentrar-se no mercado de trabalho.

Todavia, é importante sinalizar que, os dados disponibilizados pelo INEP, não se ratifica um grau de permanência e conclusão do Ensino. Mas, a reinserção no campo educacional, possibilita a realização de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, diante das oportunidades que se abrem com a formação educacional, mesmo que não seja realizada no tempo adequado.

Podemos considerar que, o Governo Lula, trouxe elementos essenciais para a promoção da cidadania, da integralidade e equidade àqueles sujeitos que se encontram em situações de vulnerabilidade social que, anteriormente, não possuíam perspectivas de mudanças do cotidiano social e econômico que se encontrara.

A Educação, notoriamente, apresentou seus avanços e retrocessos, porém, essa realidade não condiz apenas à base governamental gerida por Collor, FHC e Lula. Essa realidade, vem perpassando entre governos e, com isso, apresentando, cada um, uma progressão, bem como o declínio.

Diante disso, pode-se observar as problemáticas educacionais direcionadas para o Governo Dilma Vanna Rousseff (2011-2016), principalmente, no quesito Educação Profissional, tendo em vista que as estratégias utilizadas, dentro desse âmbito educacional, estava aquém das perspectivas estipuladas pelo Governo Lula, também da base governamental aliada, que entendia o Ensino Tecnológico como um mecanismo de “reestruturação do Estado na direção da consolidação do direito a EP¹ de qualidade social para os jovens brasileiros durante a escolarização no nível médio” (Lima, 2012, p. 74-75).

A Presidente Dilma Rousseff, institui em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, tornando-se o marco do governo. A referida lei, sinaliza que o PRONATEC, deve ser executado pela União, com a propositura em expandir “a oferta de educação profissional e tecnológica, através dos programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (Brasil, 2011).

O PRONATEC é direcionado para os estudantes do Ensino Médio, incluindo os sujeitos inseridos na EJA; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda e, o “estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento” (Brasil, 2011).

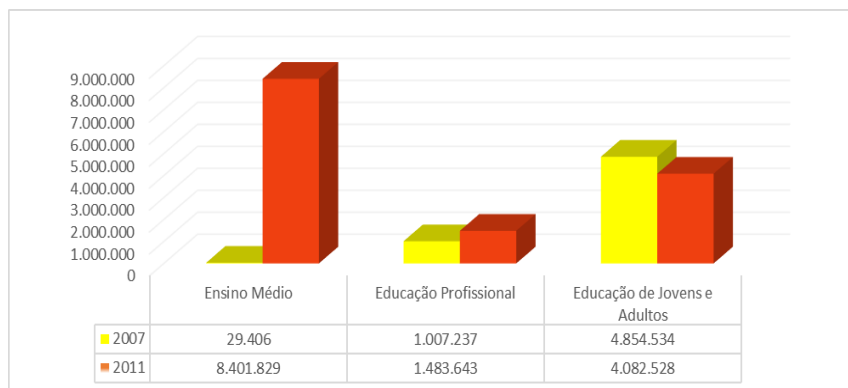
Néri Emílio Soares Júnior (2020, p. 65) aponta que, no Governo Dilma, “tem-se a continuidade do governo democrático popular e a manifestação da correlação de forças no campo político”. E, a partir disso, que foi dada uma “nova roupagem” para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), levando em consideração os mais variados níveis e modalidades de ensino em curso no país.

As reformulações realizadas na DCN, buscaram correlacionar as transformações societárias em andamento, dialogando com as modificações do mundo do trabalho e, com isso, adequando as perspectivas mercadológicas e, concomitantemente, aos interesses individuais da população (Soares Júnior, 2020).

Para a implementação da DCN adaptada à Educação Profissional, utilizou-se do argumento de que, no Brasil, com advento das modificações do processo de produção e reprodução da força de trabalho e, da aplicabilidade da acumulação flexível decorrente das transformações ocasionadas no mundo do trabalho, que necessitava cada vez mais de mão de obra qualificada, era preciso uma adaptabilidade da classe trabalhadora na prestação de serviços (Soares Júnior, 2020).

Assim, com esse novo cenário, é necessária uma mudança na educação básica e profissional para formar um novo perfil de trabalhador. As exigências que pesam sobre os trabalhadores são de capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor. A perspectiva que se tem é a defesa da formação de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir com as novas situações em constante mutação [...] (Soares Júnior, 2020, p. 66).

A Educação Profissional tornou-se a base aliada dos processos de transformação econômica, atendendo aos ditames neoliberais por meio de uma nova roupagem. A intenção da aplicabilidade da Educação Profissional é, de fato, qualificar a mão de obra para o trabalho permanente e, através da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, com curta e longa duração (Waldow, 2014).

Gráfico 1 – Número de Matrículas – por etapa educacional, em totais – 2007 - 2011*

Fonte: INEPData (2023). *Início do mandato da Presidente Dilma Roussef.

Analisando os dados disponíveis no Gráfico 1, é perceptível que a oferta da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, se torna o “carro-chefe” do Governo Dilma, tendo em vista que houve uma ampliação de 47,29% (1.483.643 milhões) no número de pessoas matriculadas nessa modalidade de ensino, comparado ao ano de 2007, em que foram ofertadas cerca de 1.007.237 milhões de matrículas. Em relação ao Ensino Médio, o quantitativo de vagas ofertadas atingiu apenas +0,35% (29.406 mil) no ano de 2011, comparado ao ano de 2007.

Os demais níveis educacionais apresentaram perdas significativas, principalmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, para o ano de 2007, ofertou cerca de 4.854.534 milhões de matrículas. Contudo, no ano de 2011, houve uma perda significativa de -18,91%, totalizando cerca de 772.006 mil pessoas fora da modalidade de ensino. Essa relação pode ser dada tanto pela falta de interesse por parte dos sujeitos quanto pela superação da fragilidade educacional.

Esse cenário, não diverge do apontado no ano de 2015, último ano de governabilidade da Presidente Dilma Roussef, em que se evidenciava a Educação Profissional, ampliando o número de matrículas em todo país, atingindo, assim, a marca de 1.917.192 milhões de estudantes matriculados, referenciando um aumento de +29,61%, comparado ao ano de 2011 (1.483.643 milhões), início do mandato, como apontado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Número de Matrículas – por etapa educacional, em totais – Entre 2011 - 2015*

	2011 (A)	2015 (B)	B-A (%)
Ensino Médio	8.401.829	8.076.150	-3,87
Educação Profissional	1.483.643	1.917.192	+22,61
Educação de Jovens e Adultos	4.082.528	3.491.869	-14,46

Nota: *Último ano do mandato do Governo Dilma Roussef devido ao processo de Impeachment. Fonte: INEPData (2023).

A Tabela 2, aponta, um comparativo entre o número de matrículas efetivadas entre os anos de 2015 em relação ao ano de 2011. É perceptível na análise dos dados, a redução no número de matrículas realizadas no ano de 2015 nos níveis educacionais: Ensino Médio (-3,87%) e; Educação de Jovens e Adultos (-14,46). Esses dados, sinalizam, hipoteticamente, que a EJA vem sendo fragmentada com o passar dos anos, apesar da compreensão de que, os investimentos na Educação permeiam-se conforme o poder hegemônico e político em curso no período.

Contraditoriamente, as relações políticas tornar-se-ão acirradas, possibilitando a realização de vários acordos entre as bases políticas, utilizando-se da justificativa de crise econômica e financeira no país, que assolava a governabilidade da Presidente Dilma Vana Rousseff. Diante disso, a bancada conservadora do Parlamento, adestrados pela onda conservadora do país e pelo interesse de desmonte das políticas públicas através da intensificação do ajuste fiscal, orquestraram, o que Plínio Arruda Sampaio Júnior (2017) sinaliza como “modelo de reversão colonial”, corroborando para que o processo de Impeachment da Presidente Dilma fosse efetivado.

Em 31 de agosto de 2016, é empossado como Presidente do Brasil, o Vice-Presidente Michel Temer que, possibilitou o maior ataque as políticas sociais, principalmente a área da Saúde e a política de Educação, ao implementar a Emenda Constitucional N°95/2016. Luciana Sousa Alves (2021) aponta que, a governabilidade de Temer, teve por base de governo, o Documento “Uma ponte para o futuro”, em que as diretrizes buscavam atender, exclusivamente, os ditames do capital, efetivados tangencialmente pelas medidas neoliberais. Com isso,

[...] para que os ataques fossem concretizados, foram alteradas as legislações sociais que, apesar de já terem sido bastante modificadas em governos anteriores, ainda foi objeto de mais ataques. Nesse “pacote de destruição”, podemos destacar a EC N°95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal, congelando os gastos primários por 20 anos, a EC N°93/2016, que prevê o aumento do percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20% para 30% e a ampliação para Estados Municípios e a Reforma Trabalhista, expressa na Lei nº 13.467 de 2017 (Alves, 2021, p. 74).

A EC N°95/2016, trouxe para a política de Educação em todos os níveis, um retrocesso, pois a cada ano subsequente, o valor dos recursos destinados para a sua efetivação se baseava em conformidade ao índice inflacionário do ano anterior. Dessa forma, os recursos destinados para a Educação passaram a sofrer contingenciamentos², afetando, assim, a oferta do processo de ensino-aprendizagem em todos os Estados e Municípios brasileiros.

A Espoliação da Política de Educação e a efetivação do 'Novo Ensino Médio' e a Integralidade ao Ensino Tecnológico: o *Draconianismo do Governo Temer*

Dialogar sobre a espoliação da política de educação no Governo Temer, referencia a intensificação das perspectivas neoliberalizantes e agonizantes de um sistema econômico, social e político em oscilação que, consequentemente, atinge diretamente a classe trabalhadora e a população em sua completude.

A espoliação da Educação, parte de uma diversidade de processos, a exemplo da intensificação e expansão do Ensino Superior à Distância, do contingenciamento orçamentário conforme as especificações da EC N° 95/2016 e a promulgação da Lei N° 13.145/ 2017, que denota a Reforma do Ensino Médio, prevendo a ampliação gradativa da Grade Curricular, passando a carga horária anual de 800h para 1400h e, consequentemente, estendeu a jornada escolar (Santos, Pereira e Mello, 2019).

A Lei N° 13.145/2017, conhecida como a Lei do “Novo Ensino Médio”, ancorada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) direciona o currículo “ideal” para organização e oferta dos rearranjos curriculares, a partir de 05 (cinco) eixos: “I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; e V – *formação técnica e profissional*” (Brasil, Art. 36, 2017).

Esse currículo “ideal” seria “ideal” para quem? Tendo em vista que essa “formação técnica e profissional” citada na lei em questão, reforça a formação e exploração da mão de obra periférica de estudantes em vulnerabilidade social, demograficamente localizados em regiões em constante desenvolvimento social e econômico, a exemplo da Região Norte e Nordeste, cujo incentivo para a criação das unidades educacionais profissionalizantes é posto como instrumento formador da exploração da mais-valia e supressão de lucros pelos grandes mercados de capitais e para o Estado.

O Governo Temer, estabeleceu, no ano anterior - 2016, o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), através da Portaria MEC N° 1.145, de 10 de outubro de 2016, com a finalidade de promover a expansão do quantitativo de unidades escolares que oferte o ensino em modalidade integral nos primeiros 10 anos (Santos, Pereira e Mello, 2019). Aliada a esse processo, adentra-se a perspectiva da formação técnica e profissionalizante, em que os estudantes em horários adversos as aulas regulares, caso optem, podem realizar algum curso técnico de interesse e que, futuramente, possam adentrar o mercado.

A influência dos Organismos Internacionais nos processos educacionais do país se apresentou de forma grotesca, levando ao Governo Federal a contrair mais um empréstimo junto ao Banco Mundial para a sua aplicabilidade. Esse fato demonstra que a EC N°95/2016,

nada mais é do que uma forma do sistema capitalista suprimir o fundo público e, a política de Educação se coloca como um dos alvos mais “acessíveis” legalmente para que isso ocorra (Alves, 2021).

No início de 2018, por meio de acordo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Banco Mundial, o Brasil adquiriu um empréstimo no valor de US\$ 250 milhões para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e, principalmente, o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral nos estados. Esse recurso pode ser utilizado pelas secretarias de educação para investimento na estrutura física e pedagógica das escolas, além de contratação de consultorias privadas que orientem na implantação do programa em consonância com os dispositivos da Reforma do Ensino Médio. As parcelas desse empréstimo só são concedidas a partir do cumprimento de metas estabelecidas pelo Banco Mundial e, a partir de 2019, uma avaliação de impacto determinará o sucesso ou o fracasso da implantação do programa nas escolas (Santos; Pereira; Mello, 2019, p. 119).

O Programa EMTI se baseia pelos princípios norteados na BNCC e, com isso, dar-se-á a necessidade de adaptar aos currículos educacionais, ofertando, assim, um “Novo Ensino Médio”, bem como proporciona determinadas avaliações externas. O “Novo Ensino Médio” traz uma ampliação da carga horária mínima das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para 300 (trezentos) horas semanais cada, objetivando “melhorar” os índices de avaliação³ (Santos; Pereira; Mello, 2019).

Tabela 3 – Número de Matrículas EMTI e Educação Profissional – 2018 e 2019 – (em milhões)

Ano/Etapa	Nível Médio			Educação Profissional	
	Total	Propedêutico	Curso Técnico Integrado	Total	Técnico
2018	7.930.384	7.376.065	459.526	1.831.003	1.791.806
2019	7.709.929	7.125.365	505.791	1.903.230	1.868.917

Fonte: Adaptado pelo/a autor/a de INEPData (2023).

Diante da reformulação do “Novo Ensino Médio”, observa-se que os dados disponibilizados pelo INEP Data apontam uma modificação significativa no quadro de oferta de matrículas no Ensino Médio Integrado ao Ensino Tecnológico, expressa em uma ampliação de +9,15%, comparada ao ano de 2018, como aponta a tabela 03. Contudo, os dados, também, apontam que, no ano de 2019⁴, a Educação Profissional Técnica ofertou cerca de 1.868.917 milhões de matrículas nacionalmente, resultando em uma expansão de 4,12%.

Retomando ao ato normativo - Lei N° 11. 892/2008 – a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), bem como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, - objeto do estudo em questão, foram instituídos. O referido ato conceitua os IF's como instituições de “educação superior, básica e profissi-

onal, pluricurriculares em multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, [...]” (Brasil, 2008).

Com isso, os Institutos Federais foram criados com o objetivo de

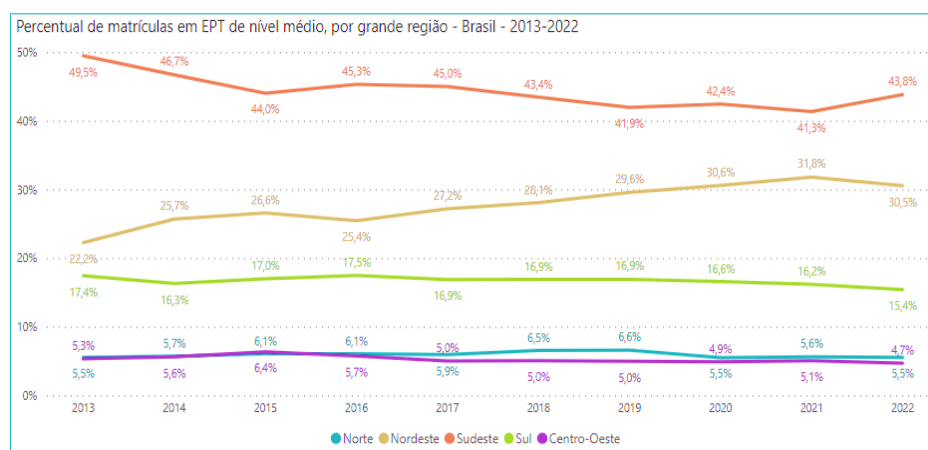
I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; [...] (Brasil; 2008).

O inciso I é enfático nessa articulação entre o ensino educacional tecnológico e a relação com o mercado de trabalho, preferencialmente, por ofertarem profissionais capacitados, “apontando caminhos na possibilidade de garantir uma formação integral, não restrita aos aspectos técnicos e operacionais, mas que envolva conhecimentos de natureza política, cultural, econômica e social” (Cruz, Souza e Carneiro; 2016, p. 86).

Eliezer Pacheco, Luiz Augusto Pereira e Moisés Domingos Sobrinho (2010, p. 17) sinalizam que os Institutos Federais permeiam as relações sociais, se colocando como “agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais”.

Desta maneira, quando analisamos estatisticamente a inserção de jovens e adultos em cursos ofertados pelos Institutos Federais, observamos uma ampliação gradativa entre os anos de 2013 a 2022, em que número de matrículas era de 1.602.846 milhões passando para 2.069.771 milhões, apresentando uma ampliação total de 466.925 milhões (Brasil, 2023). Esses dados remontam aos avanços nas regiões brasileiras, como apontado na Figura 1.

Figura 1 – Percentual em matrículas em EPT de nível médio, por grande região – Brasil – 2013-2022



Fonte: InepData. Censo Escolar (2022).

A Figura 1, aponta que as Regiões Sudeste e Nordeste, foram as maiores regiões urbanas contempladas pelos Institutos Federais, reflexo no número de matrículas no Ensino Tecnológico Integrado ao Ensino Médio. Apesar disso, os dados apresentam uma oscilação no número de matrículas, na Região Sudeste apresentava, a priori, 49,5%, enquanto em 2022, houve uma queda de 5,25% (43,8%). Na Região Nordeste, ocorreu uma ampliação de 8,3%, tendo em vista que no ano de 2013, ano o número de matrículas era de 22,2% passando para 30,5% em 2022 (Brasil, 2023).

É notório que os Institutos Federais se colocam como um instrumento sintonizado com as demandas sociais, com o desenvolvimento regional e econômico, impactando diretamente no cotidiano dos sujeitos. As relações educacionais, técnicas e científicas ofertadas pelas Instituições de Ensino, possibilitam a supressão das relações de pobreza, reconstruindo a culturalização territorial, fortalecendo a cidadania e viabiliza a articulação das políticas educacionais públicas (Pacheco; Pereira; Sobrinho, 2010).

Diante do exposto, é perceptível as transformações ocasionadas para a política de Educação no contexto da Educação brasileira e o quanto isso implica nos processos formativos em curso. As correlações enérgicas pela hegemonia do capital, da apropriação do fundo público via medidas neoliberalizantes, nos mostram que as estratégias de luta pela melhoria da política em questão devem ser postas no embate por uma educação de qualidade cotidianamente.

Sabe-se que as transformações do mundo trabalho, as modificações legais e os obstáculos se colocam como problemáticas emergentes que solicitam do Poder Executivo a necessidade de elaborar estratégias de fomento à Educação e, com isso a adaptabilidade às situações que, porventura, venham a ocorrer no cotidiano escolar.

Considerações Finais

O "Novo Ensino Médio" pode ser considerado como um projeto neoliberal que trata a Educação como mecanismo interventivo e tecnicista da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Destarte, os IF's não estão aquém desse processo, tendo em vista que permeiam as relações sociais, se colocando como "agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais" (Brasil, 2024).

A partir dessa compreensão, é pertinente entender que os IF's atendem, por um lado, aos ditames neoliberais e as diretrizes estipuladas pelos governos, ambos com um único interesse: atender as necessidades do mercado, articulando a educação profissional ao desenvolvimento industrial e percebendo os sujeitos apenas como meros instrumentos para a acumulação do capital. Do outro, contribuem substancialmente para o Desenvolvimento Local e Regional, tendo em vista as proposições econômicas e sociais que remetem ao processo formativo e a vida dos sujeitos.

A Educação Tecnológica sob égide da categoria trabalho, se coloca como uma formulação educacional condizente com o desenvolvimento do ser social, inserido na produção e reprodução da força de trabalho. E, a partir disso, passam a contribuir com as modificações objetivas e subjetivas em torno da capacitação profissional.

O “Novo Ensino Médio” pode ser considerado como um atraso no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, ao reconfigurar o ensino à modalidade e a etapas/itinerários definidos, sem considerar as relações sociais e os contextos que cada estudante está inserido. As dificuldades em torno do Ensino Médio e da Educação Tecnológica Integrada, em alguns casos, podem contribuir para um certo grau de evasão escolar, consubstanciando no contínuo agravamento e desmantelamento do ensino e na ampliação das expressões da “questão social”, a exemplo do desemprego estrutural e na redução das condições de sobrevivência das famílias.

Destarte, é preciso que haja uma reatualização nas Diretrizes e na Organização Curricular que estipulam o “Novo Ensino Médio” englobando os aspectos econômicos, culturais, históricos e políticos dos estudantes em processo formativo, bem como ofereça um sistema de ensino para além de itinerários e/ou disciplinas eletivas que fragmentam gradualmente o fluxo de aprendizado contínuo. Em relação à Educação Tecnológica Integrada, urge a necessidade de estabelecer políticas estudantis que contribuam para o acesso e permanência dos alunos em todo o processo de ensino e de aprendizado.

Recebido em 13 de outubro de 2024
Aprovado em 26 de setembro de 2025

Notas

- 1 Leia-se ‘Educação Profissional’.
- 2 Leia-se bloqueios e/ou cortes orçamentários.
- 3 Aqui cabe uma crítica e um debate posteriori, diante da análise quantitativa e não qualitativa dos processos educacionais fomentados pelo Ministério de Educação.
- 4 Apesar dos dados do ano de 2019, adentrarem no Governo Bolsonaro, trazemos para expressar o resultado sequencial da agenda do “Novo Ensino Médio” instituído pelo Governo Temer.

Referências

ALVES, Luciana Sousa. **O Financiamento do Sistema Único da Assistência Social no contexto do Novo Regime Fiscal da EC Nº95**: a particularidade do FMAS no Município de Campina Grande/PB no período de 2016 a 2018. 2021. 138 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

ANFIP. Associação Nacional dos Auditores Fiscais Da Receita Federal Do Brasil. Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social. **Orçamento e Políticas Públicas**: condicionantes e externalidades. 2011. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/?mdocs-file=8523>. Acesso em: 20 set. 2025.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 212-212.

BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 21, p. 52-77, 2006.

BRANDÃO, Marisa. O governo Lula e a chamada Educação Profissional e Tecnológica. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 61-87, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004.

BRASIL. Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”. Decreto nº 6.094 de 24/04/2007, **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 345, de 14 de março de 2008**. Dispõe sobre a ocupação de bolsas remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos - ProUni referente ao primeiro semestre de 2008 e dá outras providências. Brasília, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº01, de 31 de março de 2008**. Institui bolsa complementar no âmbito do Programa Universidade para Todos - ProUni, e dá outras providências. Brasília, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 478, de 15 de abril de 2008**. Dispõe sobre procedimentos para adesão de instituições de ensino superior ao Programa Universidade Para Todos - ProUni, bem como para a emissão de Termo Aditivo ao processo seletivo referente ao segundo semestre de 2008, no caso das instituições que já aderiram ao programa. Brasília, 2008c.

BRASIL. **Educação Integral**: texto de referência para o debate nacional. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 16/06/2024.

COSTA, Fábio Luciano. A mercantilização da educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 1, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, n. 118. p. 265-293, abr./jun. 2014.

FAGNANI, Eduardo. A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Ser Social**, v. 13, n. 28, p. 41-80, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1087-1113, 2005.

GATTERMANN, Beatris.; POSSA, Leandra. Boer. Inclusão e aprendizagem como imperativos da governamentalidade neoliberal e a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1632-1651, 2018.

GERMANN, Paulo Roberto de Souza. **Democracia e política educacional no governo Lula**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade

Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1382>. Acesso em: 11/06/2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 32, p. 168-178, 2008.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. **Revista brasileira de política e administração da educação**, v. 28, n. 2, 2012.

MELO, Marcelo Paula de. Governo Lula e a nova face do neoliberalismo no Brasil. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p. 177-200, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Rafael. DOIS NOMES, UMA ONTOLOGIA: neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no governo Lula. **Revista Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 5, p. 221-246, 2015.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, p. 71-88, 2010.

PAULANI, Lêda. Brasil delivery: a política econômica do governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 23, p. 563-579, 2020.

PAULO NETTO, José. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 668-700.

POCHMANN, Marcelo. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Ser Social**, v. 13, n. 28, p. 12-40, 2011.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SAMPAIO JR, Plínio Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Rev. Ser. Soc. Soc.** São Paulo. nº 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas; PEREIRA, Rodrigo da Silva; MELLO, Micaela Bálamo. de. Educação gerencial nas políticas públicas de educação em tempo integral do governo Lula/Dilma ao governo Temer. **Estudos IAT**, v. 4, n. 2, p. 109-125, 2019.

SOARES JÚNIOR, Néri Emilio. As Diretrizes Curriculares da Educação Profissional no Governo Dilma: formação dual do trabalhador? **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 2, p. 61-75, 2020.

WALDOW, Carmem. As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do Pronatec: reflexões iniciais. **ANPED SUL**, v. 10, p. 1765-0, 2014.

Luciana Sousa Alves tem Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Serviço Social pela UEPB-PB. Doutoranda em Serviço Social pela UFPB-PB.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3895-7230>

E-mail: lucianasalves2016@gmail.com

Marinalva de Sousa Conserva é Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba (BR). Possui (dois) Pós-Doutorado em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP/2010 e 2018). Doutorado em Serviço Social Pela Universidade Federal do Rio De Janeiro (2003). Mestrado em Serviço Social Pela Universidade Federal da Paraíba (1990), e, Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Da Paraíba (1984). Lider do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais - NEPPS/UFPB, certificado desde março de 2013 no Diretório do CNPq (dgp.cnpq.br/dgp/espelho_grupo/7833823827064838).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5592-6236>

E-mail: mconserva@uol.com.br

Disponibilidade dos dados da pesquisa: o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Iris Verena Oliveira

